

LEI COMPLEMENTAR Nº 21/2010

Data : 30 de junho de 2010.

Súmula: Ficam criadas a ***SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS*** e a ***SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO***, *extingue diversos cargos em comissão*, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica criada a ***SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS*** no Município de Bandeirantes(PR).

Art. 2º - Compete à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

- I. articular-se com organismos municipais, estaduais, federais, e privados visando obter recursos financeiros e tecnológicos para desenvolver programas de proteção ao meio ambiente;
- II. assegurar a preservação, a recuperação e a exploração dos recursos naturais do Município;
- III. estabelecer, implantar e administrar a política ambiental do Município;
- IV. elaborar e administrar projetos, como a criação de parques, áreas de proteção ambiental, reservas e estações ecológicas, fazendo a manutenção de áreas verdes em consonância com o planejamento urbano municipal;
- V. elaborar, implantar e manter os serviços de parques e jardins, de plantio, poda e erradicação de árvores;
- VI. elaborar e implantar campanhas educacionais e de treinamento destinadas a conscientizar a população para os problemas de preservação do meio ambiente, juntamente com as secretarias, os órgãos e entidades afins;
- VII. Fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, aplicar as penalidades cabíveis e orientar sua recuperação;
- VIII. assessorar a administração municipal no que concerne aos aspectos ambientais;
- IX. agir integralmente com todos os órgãos, secretarias e entidades, visando à melhoria da qualidade de vida;
- X. emitir pareceres sobre concessão, de licenças para instalação de empresas que manifestam interesse em explorar, economicamente, recursos naturais do Município;
- XI. emitir pareceres e laudos técnicos ambientais quanto a empreendimentos que visem ao parcelamento do solo urbano e a industriais que causem qualquer tipo de impacto ambiental;
- XII. emitir pareceres e laudos técnicos ambientais quanto à utilização, doação ou qualquer empreendimento em áreas verdes e de preservação permanente pelo Município;

- XIII. fiscalizar projetos e serviços de parques e jardins no que tange aos aspectos ambientais;
- XIV. manter viveiro de mudas para produção de espécies nativas e ornamentais;
- XV. proceder à normatização e ao treinamento para poda e erradicação de arborização urbana a serem regulamentados por decreto;
- XVI. emitir laudos para erradicação e substituição de árvores;
- XVII. planejar e elaborar normas técnicas para a arborização urbana do Município;
- XVIII. administrar, no âmbito do Município, os recursos provenientes de fundos criados com a finalidade de destiná-los ao meio ambiente, inclusive os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- XIX. fiscalizar e atuar todas as alterações do solo, do subsolo e de pontos críticos de acúmulo de poluentes, visando à proteção e à contenção dos processos de deterioração do meio ambiente no âmbito do Município; e
- XX. efetuar outras tarefas afins no âmbito de sua competência.

Art. 3º - A estrutura administrativa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos compreenderá, no máximo:

- I. Um Secretário Municipal;
- II. Um Diretor de Meio Ambiente;
- III. Um Diretor de Recursos Hídricos.

Art. 4º - Para fins de execução orçamentária do corrente exercício financeiro, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor que for necessário.

Art. 5º - Fica criada a **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO** no Município de Bandeirantes(PR).

Art. 6º - Compete à Secretaria Municipal de Planejamento:

- I - A administração da atividade de planejamento através de orientação normativa e metodológica às Secretarias do Município, na concepção e desenvolvimento das respectivas programações;
- II - Realizar estudos e pesquisas para o planejamento das atividades do Governo Municipal;
- III - Elaborar o Plano Plurianual de Investimentos;
- IV - Elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V - Elaborar o Orçamento Fiscal do Município, compreendendo a Administração Direta e Indireta, o orçamento de investimentos das empresas públicas e o orçamento da seguridade social;
- VI - Controlar a execução orçamentária da administração direta e indireta e dos fundos municipais;
- VII - Implementar a integração das atividades e dos programas do governo municipal;
- VIII - Elaborar projetos e estudos que visem à captação de recursos perante as instituições públicas e privadas;
- IX - Coordenar e executar as atividades, na área de informática da administração municipal;
- X - Acompanhar e avaliar sistematicamente o desempenho da administração pública municipal na consecução dos objetivos consubstanciados em seus planos, programas, convênios interinstitucionais e orçamentos;
- XI - Orientação aos órgãos municipais na elaboração de seus orçamentos, em consonância com o Plano Plurianual – PPA, definindo as prioridades dos investimentos do Município;

- XII - Acompanhamento físico e financeiro da execução orçamentária, com vistas à readequação do Plano Plurianual – PPA;
- XIII - Promoção de estudos, pesquisas e projetos sociais, econômicos e institucionais ligados à sua área de atuação;
- XIV - Promoção do planejamento institucional, através da realização de estudos relativos à criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de entidades da administração indireta e de órgãos e unidades administrativas no âmbito da administração direta;
- XV - Coordenação de toda ação de planejamento do município, com base no conhecimento sobre a realidade econômica e social do município e suas prioridades;
- XVI - Promoção de estudos visando à identificação de recursos internos e externos mobilizáveis pelo município para implantação de seus projetos e programas; a coordenação e a manutenção de sistema de informações para subsidiar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação das ações de planejamento;
- XVII - Articulação da execução, o acompanhamento das metas, a avaliação dos resultados e a identificação das restrições e das dificuldades das políticas públicas setoriais e multisetoriais, de forma a garantir a coerência e o cumprimento dos planos, programas e ações do município;
- XVIII - Elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;
- XIX - Acompanhamento da evolução de indicadores econômicos e sociais relevantes para a avaliação de programas e ações do município;
- XX - Realização de estudos para definição das estratégias, diretrizes e objetivos, com vistas a orientar a formulação de planos, programas e ações do município, mediante articulação com as demais Secretarias;
- XXI - Análise e a avaliação dos programas e das ações formuladas, quanto à sua compatibilização com as diretrizes dos Planos Plurianuais.
- XXII - Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

Art. 7º - A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento compreenderá, no máximo:

- I. Secretário Municipal;
- II. Chefe de Setor de Projetos
- III. Chefe de Setor de Orçamentos.

Art. 8º - Para fins de execução orçamentária do corrente exercício financeiro, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor que for necessário.

Art. 9º. – Ficam criados os cargos de provimento em comissão de Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, símbolo CC-00, o de Diretor do Departamento de Meio Ambiente, símbolo CC-01 e de Diretor de Departamento de Recursos Hídricos, símbolo CC-01, o de Secretario Municipal de Planejamento símbolo CC-00, o do Chefe de Setor de Projetos, símbolo CC-03 e o de Chefe de Setor de Orçamentos, símbolo CC-03, bem como mais três cargos de Coordenador do Centro Municipal de Educação Infantil, símbolo CC-04.

Art. 10 – Ficam extintos os cargos de provimento em comissão criados pela Lei Municipal n. 2.376/2002 de 29 de novembro de 2.002, a seguir relacionados, ficando convalidado e em vigor os demais cargos constantes da referida Lei com a inclusão dos cargos criados no artigo anterior:

I) 02 (duas) cargos de assessor jurídico, símbolo CC-01;
II) 01 (um) cargo de Diretor Clínico, símbolo CC-01;
III) 01 (um) cargo de Diretor de Controle Orçamentário, símbolo CC-02;
IV) 01 (um) cargo de Diretor do Setor de Odontologia, símbolo CC-02;
V) 01 (um) cargo de Diretor do Laboratório Fitoterápico, símbolo CC-02;
VI) 01 (um) cargo de Diretor do Serviço Psiquiátrico Municipal, símbolo CC-02;
VII) 01 (UM) cargo de Diretor do Serviço de Fisioterapia Municipal, símbolo CC-02;
VIII) 01 (um) cargo de Coordenador de Projetos, símbolo CC-02;
IX) 01 (um) cargo de Coordenador do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, símbolo CC-02;
X) 01 (um) cargo de Assessor de Planejamento, símbolo CC-02;
XI) 01 (um) cargo de Coordenador de Obras, símbolo CC-02;
XII) 01 (um) cargo de Diretor da Indústria de Alimentos, símbolo CC-04;
XIII) 01 (um) cargo de Coordenador Geral dos Centros Municipais de Educação Infantil, símbolo CC-04;
XIV) 08 (oito) cargos de Assessor da Comissão Recreativa Esportiva Municipal, símbolo CC-05;
XV-) 01 (um) cargo de Chefe do Serviço de Atendimento Odontológico ao Portador de Deficiência, símbolo CC-05;
XVI) 01 (um) cargo de Chefe do Arquivo Municipal, símbolo CC-05;
XVII) 03 (três) cargos de Assessor do Centro Psicopedagógico – símbolo CC-05;
XVIII) 01 (um) cargo de Chefe do Centro de Processamento de Dados, símbolo CC-05;
XIX) 01 (um) cargo de Chefe do Atendimento do Serviço Psiquiátrico Municipal, símbolo CC-05;
XX) 02 (dois) cargos de Chefe do Atendimento do Serviço de Fisioterapia Municipal, símbolo CC-05;
XXI) 01 (um) cargo de Chefe do Agendamento do CISNOP, símbolo CC-07;
XXII) 05 (cinco) cargos de Assessor de Assistência Social – símbolo – CC-07;
XXIII) 02 (dois) cargos de Assessor do Setor de Controle Epidemiológico, símbolo CC-07;
XXIV) 05 (cinco) cargos de Assessor do Centro de Processamento de Dados, símbolo CC-07;
XXV) 02 (dois) cargos de Relações Públicas – símbolo CC-08;
XXVI) 03 (três) cargos de Assessor de Gabinete – Símbolo CC-08;
XXVII) 03 (três) cargos de Assessor de Assuntos Legislativos, símbolo CC-08;
XXVIII) 03 (três) cargos de Assessor de Assuntos Comunitários, símbolo CC-13;
XXIX) 04 (quatro) cargos de Assessor de Atendimento Odontológico, símbolo CC-13;
XXX) 01 (um) cargo de Extensionista Rural – símbolo CC-13

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná,
em 30 de junho de 2010.


Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal